

Delga Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.
Diadema – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Valorização dos estoques

(Veja a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras)

Os estoques da Companhia são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo custo médio de aquisição ou produção, calculado a cada nova entrada nos estoques. Esse custo pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor de custo, a Companhia registra uma perda por redução ao valor recuperável. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da Companhia e envolve julgamentos e premissas relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor realizável líquido. Qualquer mudança nessas premissas pode impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Além disso, dada a granularidade dos itens dos estoques, o acompanhamento dos inventários físicos requer a manutenção de controles cíclicos. Dessa forma consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:

1. Obter o entendimento do desenho dos controles internos chave relativos ao processo de compras, bem como do processo relacionado com a mensuração dos estoques e sua aderência às políticas contábeis da Companhia.
2. Efetuar procedimentos, em base de amostragem, sobre a apuração do custo médio para os estoques de matéria prima, produtos semi-acabados e produtos acabados.
3. Avaliar a necessidade de registro de perda estimada com itens com baixa movimentação ("giro lento") ou itens obsoletos.
4. Avaliar a adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Com resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável, no tocante à sua valorização, o saldo de estoques, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

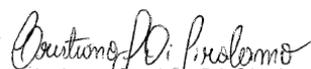
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC-BA-017826/O-4

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	165	113	Empréstimos e financiamentos	13	14.622	17.450
Aplicações financeiras	7	99	5	Debêntures	14	16.081	100.320
Contas a receber de clientes	8	33.077	20.308	Fornecedores	15	53.752	51.070
Estoques	9	110.585	83.829	Obrigações trabalhistas e sociais	16	34.775	25.392
Impostos a recuperar	10	24.496	38.128	Obrigações fiscais e tributárias	17	12.543	22.407
Outros créditos		613	1.038	Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	1.624	12.525
Total do ativo circulante		169.035	143.421	Parcelamentos de impostos	18	21.445	25.961
Empréstimos à partes relacionadas	11a	5.325	4.864	Adiantamento de clientes	19	22.547	12.880
Aplicações financeiras	7	1.642	1.846	Empréstimos de partes relacionadas	11b	2.274	2.454
Impostos a recuperar	10	15.847	29.920	Outras contas a pagar		1.298	488
Depósitos judiciais	20	2.446	3.526	Total do passivo circulante		180.961	270.947
Outros créditos		123	123	Empréstimos e financiamentos	13	13.739	20.052
Total do realizável a longo prazo		25.383	40.279	Debêntures	14	83.480	-
Imobilizado	12	191.719	195.796	Parcelamentos de impostos	18	74.006	58.289
Intangível		392	410	Passivo fiscal diferido		1.003	1.003
Total do ativo não circulante		217.494	236.485	Provisão para perda em processos judiciais	20	1.468	1.468
				Total do passivo não circulante		173.696	80.812
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		47.299	47.299
				Prejuízo acumulado		(15.427)	(19.152)
				Total do patrimônio líquido		31.872	28.147
Total do ativo		386.529	379.906	Total do passivo e patrimônio líquido		386.529	379.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	22	626.940	540.434
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(565.269)</u>	<u>(476.762)</u>
Lucro bruto		<u>61.671</u>	<u>63.672</u>
Despesas administrativas e gerais	24	(26.031)	(20.383)
Perda esperadas de créditos a receber		-	(25)
Outras receitas operacionais	25	<u>9.749</u>	<u>25.380</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>45.389</u>	<u>68.644</u>
Receitas financeiras	26	8.113	36.512
Despesas financeiras	26	<u>(48.153)</u>	<u>(53.807)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(40.040)</u>	<u>(17.295)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>5.349</u>	<u>51.349</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	(1.624)	(12.525)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27	-	87
Lucro líquido do exercício		<u>3.725</u>	<u>38.911</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico	28	0,00007	0,00082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.725	38.911
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>3.725</u></u>	<u><u>38.911</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>47.299</u>	<u>(58.063)</u>	<u>(10.764)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>38.911</u>	<u>38.911</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>47.299</u>	<u>(19.152)</u>	<u>28.147</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>3.725</u>	<u>3.725</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>47.299</u>	<u>(15.427)</u>	<u>31.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		5.349	51.349
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	12	13.364	13.079
Encargos sobre empréstimos à partes relacionadas	11a	(461)	(423)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos	13	(211)	2.170
Encargos sobre debêntures	14	4.210	10.255
Reversão de provisão de perda esperadas de créditos a receber	8	(25)	-
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	12	1.956	478
Encargos de duplicatas descontadas	8	3.144	130
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(15.888)	12.856
Estoques	9	(26.756)	(24.152)
Impostos a recuperar	10	27.705	(43.296)
Outros créditos		425	(750)
Depósitos judiciais	20	1.080	442
Aplicações financeiras	7	110	(1.851)
Fornecedores	15	2.682	5.331
Obrigações trabalhistas e sociais	16	9.383	2.941
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	17 e 18	1.337	(4.456)
Adiantamento de clientes	19	9.667	3.773
Outras contas a pagar		<u>810</u>	<u>235</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>37.881</u>	<u>28.111</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	27	(12.525)	-
Juros pagos	13 e 14	<u>(1.762)</u>	<u>(2.206)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>23.594</u>	<u>25.905</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(657)	(316)
Aquisição de imobilizado	12	<u>(10.568)</u>	<u>(11.103)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(11.225)</u>	<u>(11.419)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos à partes relacionadas	11b	(180)	2.454
Empréstimos e financiamentos pagos	13	(22.792)	(18.926)
Debêntures pagas	14	(3.280)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	13 e 14	<u>13.935</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(12.317)</u>	<u>(16.472)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>52</u>	<u>(1.986)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	113	2.100
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	<u>165</u>	<u>114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968, que tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Sua sede está localizada à rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia é controlada pela holding Delga Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado que detém 99,99% de participação na Companhia.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$ 11.926 (R\$ 127.526 em 31 de dezembro de 2018), em função principalmente da rolagem da dívida da totalidade do saldo de debêntures que previa anteriormente uma liquidação do saldo dentro do exercício.

Planos da administração

A administração vem implementando ações estratégicas para otimizar seus resultados, focando em redução de despesas e custos; desenvolvimento de novos negócios e consequente expansão das vendas; planejamento tributário e ganhos operacionais de eficiência.

Tais ações já geraram reflexos nas demonstrações em 31 de dezembro de 2019 com a melhoria do índice de liquidez geral, de 0,52 em 31 de dezembro de 2018 para 0,55 em 31 de dezembro de 2019, além do patrimônio líquido positivo de R\$ 28.147 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 31.872 positivo em 31 de dezembro de 2019.

Em 2019, o controle rígido de custos e despesas permitiu que o EBITDA atingisse R\$ 58.745 (R\$ 81.587 em 31 de dezembro de 2018).

Também foi relevante a decisão pela reativação da unidade Anchieta no ano de 2019, a qual possui localização estratégica, o que possibilitará o desenvolvimento de novos negócios, a exemplo de terceirização de linhas de montagem de clientes, com primeiro projeto iniciado em janeiro 2019.

Com essas ações a administração da Companhia entende que o fluxo financeiro gerado em suas operações já será suficiente para honrar seus compromissos de curto e médio prazos, descartando quaisquer riscos de descontinuidade operacional. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e a geração de caixa não seja a esperada, os acionista se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios nos próximos 12 meses e o reconhecimento de ativos e passivos levando em consideração o pressuposto de continuidade.

Sendo assim a Companhia reconhece seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 considerando o pressuposto de continuidade operacional.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para perda esperada do contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa nº 9** – Estoques – Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescências dos estoques;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 20** - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29.

3 Principais políticas contábeis

Exceto pelo que já está mencionado na Nota explicativa 4, as políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e

benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração

do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do cliente;
- probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 - inadimplência ou atrasos do devedor;
 - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que seriam aceitas em condições normais;
 - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não havia leasing de natureza operacional, portanto, sem impactos nas demonstrações financeiras.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

l. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e

- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à antiga norma, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma é aplicável a partir 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03. Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a implementação do novo conceito da referida norma, a Companhia avaliou se os contratos ativos de arrendamento transferem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período de tempo ou durante todo o período de seu uso. Para tanto, avaliou se:

- possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso dos ativos identificados;
- possui o direito de direcionar o uso dos ativos identificados; e
- confirmou se seus contratos de arrendamento permanecem aplicáveis dentro do novo conceito.

Prazo de arrendamento

O CPC 06 (R2) exige a avaliação não somente do prazo não cancelável do arrendamento, mas pede para que sejam considerados conjuntamente os pontos destacados abaixo:

- períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

A Companhia realizou análises com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e informações complementares como os novos contratos assinados durante esse período (contratos de arrendamento de imóveis) e não identificou a necessidade de ajuste decorrente da aplicação da nova norma, em suas demonstrações financeiras.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do ICPC 22 e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	30	27
Bancos conta movimento	135	86
	<u>165</u>	<u>113</u>

A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 29.

7 Aplicações financeiras

	2019	2018
Aplicações financeiras	<u>1.741</u>	<u>1.851</u>
	<u>1.741</u>	<u>1.851</u>
Circulante	99	5
Não circulante	1.642	1.846

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos acionistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A exposição da carteira às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros.

8 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Clientes nacionais	46.314	30.010
Clientes estrangeiros (Nota nº 29)	<u>2.616</u>	<u>2.703</u>
	<u>48.930</u>	<u>32.713</u>
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(15.853)	(12.380)
(-) Provisão para perda esperada	<u>-</u>	<u>(25)</u>
	<u><u>33.077</u></u>	<u><u>20.308</u></u>

- (i) O saldo refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber e sem coobrigação e com depósito de documentos pela Companhia.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para perda esperada no contas a receber de clientes foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Saldo inicial	-	(25)
Reversão	<u>25</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>(25)</u></u>

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
General Motors	26%
Volkswagen	23%
Scania	20%
Mercedes Benz	9%
Meritor	7%
Outros	<u>15%</u>
Total	<u><u>100,00%</u></u>

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	2019	2018
A vencer:		
de 1 a 30 dias	40.588	25.296
a mais de 30 dias	5.393	1.364
	45.981	26.660
Vencidos:		
de 1 a 30 dias	922	1.475
de 31 a 90 dias	960	1.393
de 91 a 180 dias	(20)	112
há mais de 180 dias	1.087	3.073
	2.949	6.053
	48.930	32.713

O contrato de empréstimo firmado com o BNDES, exige garantia de recebíveis equivalentes a 3 (três) parcelas a vencer registradas em conta separada no montante total de R\$ 1.642.

9 Estoques

	2019	2018
Produtos acabados	18.179	16.764
Produtos semi acabados	33.807	37.589
Matérias-primas	16.964	17.928
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.951	1.558
Ferramentais em construção (i)	25.062	3.144
Sucata	85	-
Produtos em elaboração	1.708	1.127
Importações em andamento	8.040	-
Adiantamento a fornecedores	4.789	5.719
	110.585	83.829

Não há estoques da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

- (i) A Delga foi vencedora da concorrência para produção de peças pertencentes aos veículos da GM e VW, para isso se faz necessária a construção das ferramentas que serão utilizadas na fabricação dos produtos, cuja responsabilidade por todo processo de construção é do futuro fabricante das peças. Os desenvolvimentos destas ferramentas foram realizados na Coreia e China, respectivamente. No decorrer do ano de 2019 estes ferramentais importados foram recebidos e os gastos foram incorporados na conta de Ferramental em Construção, devido ao alto valor agregado, ocasionou de forma relevante a elevação do saldo desta conta, onde passou de R\$ 3.144 em 2018 para R\$ 25.052 em 2019. Este processo de construção dos ferramentais é finalizado com a venda dos mesmos às montadoras, após passados os processos de aprovação, fato este que ocorre em 2020, tendo assim a baixa dos saldos da conta supracitada.

10 Impostos a recuperar

	2019	2018
IPI a recuperar	4.280	1.238
ICMS a recuperar	633	2.434
IRPJ a compensar	455	318
Crédito extemporâneo (i)	567	567
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (ii)	31.388	58.865
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	1.206	1.432
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	235	383
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	1.069	2.509
Outros	510	302
	40.343	68.048

Circulante	24.496	38.128
Não Circulante	15.847	29.920

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2011 a 2015) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.
- (ii) Em 29/11/2018 ocorreu o trânsito e julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Desta forma, e adotando postura conservadora, baseando-se na apuração de créditos de ICMS líquido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58.865 na rubrica “Ativo fiscal corrente e não corrente”, de acordo com estimativas de utilização, sendo no ativo circulante R\$ 29.432 (50%) e não circulante R\$ 29.433 (50%), com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 24.671 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 34.194, referente a atualização do crédito (Taxa Selic) em “Receitas financeiras”.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com sua controladora, coligadas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo não circulante

	2019	2018
<i>Empréstimos concedidos:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (i)	2.355	2.154
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (ii)	2.970	2.710
	5.325	4.864

- (i) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento definido e com taxa de juros de 0,94% a.m.
- (ii) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento definido e com taxa de juros de 0,99% a.m.

Movimentação de empréstimos

Empresa	31/12/2018	Recebimento principal	Provisão de juros	Recebimento de juros	31/12/2019
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	2.154	-	201	-	2.355
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	2.710	-	260	-	2.970
	<u>4.864</u>	<u>-</u>	<u>461</u>	<u>-</u>	<u>5.325</u>

Empresa	31/12/2017	Recebimento principal	Provisão de juros	Recebimento de juros	31/12/2018
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.969	-	185	-	2.154
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	2.472	-	238	-	2.710
	<u>4.441</u>	<u>-</u>	<u>423</u>	<u>-</u>	<u>4.864</u>

b. Passivo circulante

	2019	2018
<i>Fornecedores</i> (Nota nº 15)		
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	<u>-</u>	<u>2.031</u>
	<u>-</u>	<u>2.031</u>

Saldo de obrigações pelo aluguel de instalações conforme condições específicas acordadas entre as partes.

	2019	2018
<i>Empréstimos à pagar:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	<u>2.274</u>	<u>2.454</u>
	<u>2.274</u>	<u>2.454</u>

Refere-se a quitação do PERT da Delga através de prejuízos fiscais da Tamet (mesmo Grupo Econômico), sem adição de juros ou correção monetária.

c. Resultado

	2019	2018
<i>Custos e despesas:</i>		
Delga Participações S.A. (i)	(2.126)	(2.343)
Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. (ii)	(397)	(437)
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (iii)	<u>-</u>	<u>(596)</u>
	<u>(2.523)</u>	<u>(3.376)</u>

- (i) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora pelas filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos com prazo indeterminado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.
- (ii) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora prazo indeterminado e atualização com base no INPC/IBGE.
- (iii) Refere-se a serviços de estampa contratados em condições de mercado.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social, a qual é controlada pelos acionistas Maria Ione Victollo Delgado, Carla Milena Delgado, Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel e Antonio Augusto Delgado Junior.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.193 (R\$ 1.196 em 2018) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

12 Ativo imobilizado

As movimentações do imobilizado em 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros a seguir:

a. Custo

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	2.214	-	(258)	-	1.956
Instalações	21.042	1.786	(888)	-	21.940
Máquinas e equipamentos	199.154	1.717	(5.717)	2	195.156
Móveis e utensílios	1.518	107	(673)	(0)	952
Veículos	1.585	-	(57)	-	1.528
Equipamentos CPD	1.762	82	(109)	-	1.735
Aparelhos e acessórios	6.294	119	(1.392)	-	5.021
Benfeitorias em imóveis	54.072	-	(34)	-	54.038
Veículos industriais	496	-	(401)	-	95
Instalações administrativas	346	39	-	-	384
Embalagens Industriais	6.105	279	(10)	(2)	6.371
Bens de pequeno valor	29	105	(135)	0	-
Ferramentas	834	5	(546)	-	292
Imobilizações em andamento	2.421	6.329	(607)	-	8.143
Total do custo	308.409	10.568	(10.827)	-	308.148

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	-	2.214	-	-	2.214
Instalações	20.981	61	-	-	21.042
Máquinas e equipamentos	195.444	1.190	(2.369)	4.889	199.154
Móveis e utensílios	1.458	63	(3)	-	1.518
Veículos	1.752	-	(167)	-	1.585
Equipamentos CPD	1.695	69	(2)	-	1.762
Aparelhos e acessórios	6.250	51	(7)	-	6.294
Benfeitorias em imóveis	53.760	17	-	295	54.072
Veículos industriais	496	-	-	-	496
Instalações administrativas	326	20	-	-	346
Embalagens Industriais	5.855	243	-	7	6.105
Bens de pequeno valor	-	29	-	-	29
Ferramentas	838	-	-	(4)	834
Imobilizações em andamento	462	7.146	-	(5.187)	2.421
Total do custo	299.854	11.103	(2.548)	-	308.409

b. Depreciação acumulada

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Edifícios	4	(7.529)	(2.563)	31	(10.061)
Instalações	10	(11.644)	(1.383)	888	(12.137)
Máquinas e equipamentos	5	(80.573)	(8.125)	5.509	(83.189)
Móveis e utensílios	10	(1.224)	(87)	645	(666)
Veículos	20	(1.274)	(13)	57	(1.230)
Equipamentos CPD	20	(1.675)	(39)	109	(1.605)
Aparelhos e acessórios	10	(4.905)	(473)	1.345	(4.033)
Veículos industriais	20	(495)	-	401	(94)
Embalagens industriais	10	(2.297)	(629)	-	(2.926)
Bens de pequeno valor	100	(29)	-	29	-
Instalações administrativas	20	(201)	(31)	-	(232)
Ferramentas	10	(767)	(13)	524	(256)
Total da depreciação acumulada		(112.613)	(13.356)	9.538	(116.429)
Imobilizado líquido		195.796	(2.788)	(1.289)	191.719

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Edifícios	4	(4.969)	(2.560)	-	(7.529)
Instalações	10	(10.335)	(1.309)	-	(11.644)
Máquinas e equipamentos	5	(74.854)	(7.610)	1.891	(80.573)
Móveis e utensílios	10	(1.168)	(59)	3	(1.224)
Veículos	20	(1.356)	(82)	164	(1.274)
Equipamentos CPD	20	(1.602)	(74)	1	(1.675)
Aparelhos e acessórios	10	(4.341)	(571)	7	(4.905)
Veículos industriais	20	(495)	-	-	(495)
Embalagens industriais	10	(1704)	(593)	-	(2.297)
Bens de pequeno valor	100	-	(29)	-	(29)
Instalações administrativas	20	(177)	(24)	-	(201)
Ferramentas	10	(739)	(32)	4	(767)
Total da depreciação acumulada		(101.740)	(12.943)	2.070	(112.613)
Imobilizado líquido		198.114	(1.840)	(478)	195.796

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem imóveis dados em garantia de dívidas, no valor líquido contábil de R\$ 16.308.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 (R\$ 142 em 2018).

13 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim demonstrada:

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2019	2018
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 6,00% a.a.	232	3.027
Daycoval, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	31/10/2022	6,60% a 23,57% a.a.	18.428	18.849
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	9.701	15.626
Total					<u>28.361</u>	<u>37.502</u>
Passivo circulante					14.622	17.450
Passivo não circulante					13.739	20.052

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	2019	2018
2019	-	17.450
2020	14.622	13.403
2021	7.985	6.649
2022	5.754	-
<u>28.361</u>		<u>37.502</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2018	Captção	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
<u>37.502</u>	<u>13.935</u>	<u>(22.792)</u>	<u>(211)</u>	<u>(73)</u>	<u>28.361</u>
<u>37.502</u>	<u>13.935</u>	<u>(22.792)</u>	<u>(211)</u>	<u>(73)</u>	<u>28.361</u>
31/12/2017	Captção	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
<u>56.306</u>	<u>-</u>	<u>(18.899)</u>	<u>2.301</u>	<u>(2.206)</u>	<u>37.502</u>
<u>56.306</u>	<u>-</u>	<u>(18.899)</u>	<u>2.301</u>	<u>(2.206)</u>	<u>37.502</u>

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas

A Companhia atendeu as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

14 Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão de debentures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	12 de setembro de 2024
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$ 90.000
Espécie:	Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado.
Remuneração mensal:	A cada debênture a partir de 06 de setembro de 2019: Taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros +1,00% a.a..
Pagamento da remuneração:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$ 90.000 serão pagos em 48 parcelas mensais a partir de 12/10/2020, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros:	Dívida líquida/Ebitda igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019.
Obrigações adicionais – Outras principais	Não haver variação negativa superior a 10% dos ativos imobilizados líquidos do grupo econômico; não distribuição ou pagamento de dividendos de lucros aos acionistas da emissora em valor superior a 50% do lucro líquido limitado a R\$ 7 milhões.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação com vencimento final em 12/10/2024.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
	16.081	19.494	19.323	18.330	26.333

A Companhia incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3 (R\$ 3.205 mil em 2018).

Movimentação das debêntures

31/12/2018	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561
<u>100.320</u>	<u>-</u>	<u>(3.280)</u>	<u>4.210</u>	<u>(1.689)</u>	<u>99.561</u>
31/12/2017	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
90.094	-	(29)	10.255	-	100.320
<u>90.094</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>10.255</u>	<u>-</u>	<u>100.320</u>

Cláusulas restritivas

O contrato de Debênture esta sujeito a cláusulas restritivas, que estabelece a manutenção de índices financeiros e não financeiros, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Delga Participações S.A..

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

15 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	45.450	48.810
Fornecedores nacionais - Parte relacionadas (Nota explicativa 11b)	-	2.031
Fornecedores estrangeiros	<u>8.302</u>	<u>229</u>
	<u>53.752</u>	<u>51.070</u>

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos e prestação de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	2019	2018
Ordenados e salários	2.659	3.081
Encargos sociais - INSS e FGTS	13.717	3.371
Provisão de férias e encargos	13.168	12.728
Rescisões a pagar	3	986
Outras	<u>5.228</u>	<u>5.226</u>
	<u>34.775</u>	<u>25.392</u>

17 Obrigações fiscais e tributárias

	2019	2018
ICMS	3.805	-
ISS	30	27
IRRF	25	520
PIS/ COFINS	2.697	18.056
INSS (i)	-	3.802
Outros	5.986	2
	12.543	22.407

- (i) Revogação do artigo 8º da Lei 12.546/2011, que incluiu diversos setores na denominada “desoneração da Folha”, instituindo o recolhimento do INSS da folha através da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

18 Parcelamentos de impostos

	2019	2018
ICMS (i)	48.551	36.665
PGFN PAES Lei 11.941/09	3.916	4.509
INSS (iii)	14.712	23.809
IPTU	6	20
PERT RFB (ii)	16.415	16.832
PIS E COFINS	11.851	2.415
	95.451	84.250
Passivo circulante	21.445	25.961
Passivo não circulante	74.006	58.289

- (i) **ICMS**
Entre 2007 e 2019, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses (até 11/2025). Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.
- (ii) **PERT Lei 13.496/17**
Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2019, houve a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas (até 04/2030), com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.
- (iii) **INSS e RFB Lei 11.941/09**
Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.
- Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irreatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.
- Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei, sendo que em 31 de dezembro de 2019, restavam para a Companhia as parcelas de n°s 98 a 180 (82 parcelas) a serem pagas, relativas a débitos referente ao Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos - PGFN. Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

2020	2021	2022	2023	2024	2025
21.445	24.600	21.669	13.676	11.471	2.590

19 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2019 de R\$ 22.547 (R\$ 12.880 em 2018) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos para fabricação de ferramentais para a produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues em exercícios subsequentes.

20 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Trabalhistas	<u>1.468</u>	-	<u>1.468</u>	-	<u>1.468</u>
	<u>1.468</u>	-	<u>1.468</u>	-	<u>1.468</u>

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$ 2.446, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.526 em 2018), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contingências passivas no montante de R\$ 30.403 (R\$ 76.812 em 2018), na opinião de seus consultores jurídicos com probabilidade de perda possível. O principal processo de uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 21.850, sendo composta por três inscrições onde duas foram parceladas no valor total de R\$ 17.690, reduzindo o valor para R\$ 4.160.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 47.299, representado por 47.298.832 ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor
Delga Participações S.A.	47.298.830	47.299
Maria Ione Victtolo Delgado	2	-
	<u>47.298.832</u>	<u>47.299</u>

Não houve qualquer movimentação no capital social da Companhia nos exercícios de 2019 e 2018.

b. Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado a cada exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social, desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

c. Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no estatuto social.

22 Receita líquida

	2019	2018
Receita de venda de mercadorias	739.832	685.673
Receita de ferramental	51.348	19.626
Outras	655	147
Deduções da receita	<u>(164.894)</u>	<u>(165.012)</u>
Receita líquida	<u>626.940</u>	<u>540.434</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	2019	2018
Devoluções	(7.667)	(8.903)
ICMS	(97.055)	(87.949)
PIS	(10.747)	(9.554)
COFINS	(49.384)	(44.004)
INSS	-	(14.523)
Outros	(41)	(79)
	<u>(164.894)</u>	<u>(165.012)</u>
Total de deduções da receita		

23 Custos dos produtos vendidos

	2019	2018
Mão de obra direta	(77.442)	(70.834)
Materiais diretos	(310.332)	(239.727)
Outros custos diretos	(49.744)	(13.061)
Custos indiretos de fabricação	(127.751)	(153.140)
	<u>(565.269)</u>	<u>(476.762)</u>

24 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Despesa com pessoal	(12.946)	(14.002)
Serviços de consultoria	(2.952)	(957)
Gastos mercadológicos	(167)	(84)
Depreciações e amortizações	(821)	(687)
Seguros	(878)	(309)
Gastos com tecnologia da informação	(1.927)	(1.686)
Impostos e taxas	(179)	(562)
Outras	(6.161)	(2.096)
	<u>(26.031)</u>	<u>(20.383)</u>

25 Outras receitas operacionais

	2019	2018
Crédito Ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS - Principal - Nota 10 (ii)	-	24.671
Juros ação PIS e COFINS	1.795	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	(296)	338
Outras receitas operacionais diversas	579	223
Recuperação de impostos	-	106
Renegociação de debênture	6.761	-
Ganho parcelamento	910	-
Reembolso de sinistros	-	42
	<u>9.749</u>	<u>25.380</u>

26 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras

	2019	2018
Juros e descontos	2.109	1.207
Rendimentos de aplicações financeiras	118	115
Variação monetária ativa	327	3
Receita Selic	1.730	-
Juros ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS - Nota 10 (ii)	-	34.194
Variação cambial ativa	<u>3.829</u>	<u>993</u>
	<u>8.113</u>	<u>36.512</u>

Despesas financeiras

	2019	2018
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.132)	(26.658)
Juros, descontos e IOF	(3.785)	(5.756)
Tarifas bancárias	(303)	(247)
Variação cambial passiva	(3.254)	(833)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(5.360)	(9.034)
Multa de mora	(5.702)	(2.445)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.414)	-
Outras	<u>(4.203)</u>	<u>(8.834)</u>
	<u>(48.153)</u>	<u>(53.807)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40.040)</u>	<u>(17.295)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.349	51.349
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	<u>-</u>	<u>(17.459)</u>
Adição permanente de despesas não dedutíveis	1.038	461
Diferenças temporárias – Diferido	-	87
Outros (i)	<u>(4.763)</u>	<u>4.386</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente	<u><u>(1.624)</u></u>	<u><u>(12.525)</u></u>

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>87</u>
	<u>-</u>	<u>87</u>

(i) Trata-se de perdão de multa na renegociação das debêntures.

c. Reconciliação da taxa efetiva - Imposto diferido

	2019	2018
Realização ajuste na depreciação (Nova Lei das S.A.)	-	257
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social – diferido	<u>-</u>	<u>257</u>
Alíquota	<u>-</u>	<u>34%</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>87</u></u>

d. Composição do imposto de renda e contribuição social a recolher

	2019	2018
Imposto de renda a recolher	1.198	9.199
Contribuição social a recolher	<u>426</u>	<u>3.326</u>
Total	<u><u>1.624</u></u>	<u><u>12.525</u></u>

e. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	2018
Depreciação	<u>(1.003)</u>	<u>(1.003)</u>
Passivo fiscal diferido	<u><u>(1.003)</u></u>	<u><u>(1.003)</u></u>

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporária. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL são de R\$ 39.627.

28 Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.725	38.911
Quantidade de ações ordinárias (nota nº 21)	<u>47.298.832</u>	<u>47.298.832</u>
Lucro por ação (em R\$)	<u>0,00008</u>	<u>0,00082</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia ações ordinárias em circulação nem qualquer efeito diluidor.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		2019		2018	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	165	-	113
Aplicações financeiras	7	1.741	-	1.851	-
Contas a receber de clientes	8	-	33.077	-	20.308
Outros créditos		-	736	-	1.161
Empréstimos à partes relacionadas	11a	-	5.325	-	4.864
		1.741	39.303	1.851	26.446
		2019		2018	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	14	-	28.361	-	37.502
Debêntures	15	-	99.561	-	100.320
Fornecedores	16	-	53.752	-	51.070
Adiantamento de clientes	20	-	22.547	-	12.880
Empréstimos à partes relacionados	11b	-	2.274	-	2.454
Outras contas a pagar		-	1.298	-	488
		-	207.793	-	204.714

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a. *Risco de crédito*

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia possui ainda provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 8.

b. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos produtos adquiridos*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d. *Risco de taxa de câmbio*

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

	2019	2018
Clientes do exterior (Nota nº 8)	498	698
Fornecedores do exterior (Nota nº 15)	<u>(2.060)</u>	<u>(49)</u>
Exposição bruta do balanço patrimonial	<u><u>(1.411)</u></u>	<u><u>649</u></u>

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2019

USD/BRL 4,0307

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2019	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros Aplicações financeiras	1.741	Variação do CDI	5,64%	98	123	147	74	49
2 - Debêntures	(99.561)	Variação do CDI	5,64%	(5.615)	(5.799)	(8.423)	(4.211)	(2.808)
3 - Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	(28.361)	Variação do CDI	5,64%	(1.600)	(1.999)	(2.399)	(1.200)	(800)
1+2+3				(7.117)	(7.675)	(10.675)	(5.337)	(3.559)

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Os valores dos passivos financeiros representam a exposição máxima de liquidez. A exposição de risco de liquidez na data destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

	2019
Empréstimos e financiamentos (Nota nº13)	28.361
Debêntures (Nota nº 14)	99.561
Fornecedores (Nota nº15)	53.752
Adiantamento de clientes (Nota nº19)	22.547
Partes relacionadas (Nota nº11b)	2.274
Outras contas a pagar	<u>1.298</u>
	<u>207.793</u>

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº13)	28.361	28.361	13.188	10.128	5.045
Debêntures (Nota nº 14)	99.561	99.561	99.561	-	-
Fornecedores (Nota nº15)	53.752	53.752	53.752	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 19)	22.547	22.547	22.547	-	-
Partes relacionadas (Nota nº11b)	2.274	2.274	2.274	-	-
Outras contas a pagar	1.298	1.298	1.298	-	-
	207.793	207.793	192.620	10.128	5.045

30 Eventos subsequentes

COVID-19

A parada dos clientes da Companhia a partir de 20 de março de 2020, gerou um impacto negativo nas receitas de 67,6% no período de março a maio de 2020. O setor automotivo estima que, em 2020, a produção nacional sofrerá queda de 40%, mesmo impacto que a Companhia deverá sofrer no seu volume de negócio.

Sendo assim, desde então a Companhia vem implementando medidas emergenciais para mitigar os primeiros impactos causados pela pandemia e avalia, sob ótica estratégica, no curto, médio e longo prazo, os possíveis impactos sobre as operações e posição financeira e patrimonial da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus efeitos econômicos e financeiros e permitir a continuidade regular dos negócios.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, já haviam sido adotadas ou estavam em desenvolvimentos as seguintes medidas principais:

- Gestão austera de caixa, com objetivo de mantê-lo com liquidez suficiente para honrar os compromissos essenciais para a continuidade regular das operações;
- Gestão rígida de novos pedidos de compras (custos e despesas) e de investimentos;
- Desenvolvimento de projetos para otimização das estruturas fabris e processos produtivos;
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de colaboradores, com o objetivo de reduzir o custo da folha de pagamento, tais como suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salário, adequando-a à nova realidade de volumes de produção e faturamento;
- Otimização do ciclo financeiro, através de negociações para redução de prazos de clientes e aumento de prazos junto a fornecedores;

- Renegociação de contratos com instituições financeiras, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, para alinhamento ao volume de negócios projetado para o curto e médio prazo e às disponibilidades de caixa;
- Planejamento tributário, com utilização de medidas disponibilizadas pelos órgãos federais e estaduais, além de mecanismos para adequar os pagamentos às disponibilidades de caixa;
- Monitoramento da saúde financeira dos principais fornecedores;
- Negociação de reajustes de preços com clientes, a fim de neutralizar os efeitos da redução de volumes de produção e faturamento sobre os custos fixos e despesas.

A Companhia criou um Comitê de Crise, o qual se reúne semanalmente para avaliar os resultados das medidas adotadas e propor novas ações visando, além da mitigação dos efeitos da crise, o bem estar e a saúde de seus colaboradores.

A administração acredita que essas medidas emergenciais e estratégicas acima citadas e o plano de administração descrito na nota explicativa nº 1, ajudam a proteger o seu caixa, garantindo o cumprimento de seus compromissos de curto prazo e a consequente continuidade dos negócios.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Consultoria Contabil Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3